EDUR • Educação em Revista.2026;42;e63329
DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-469863329
Preprint: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12916

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

ARTIGO

MILITARIZAÇÃO, POPULISMO E DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NAS REDES SOCIAIS[1]

CRISTINA CAVALCANTE [1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9785-8227
<criscavalcante@uel.br>

[1] Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, (PR), Brasil.

RESUMO: Este trabalho exploratório analisa o processo de legitimação das escolas cívico-militares nas redes sociais, a partir de 40 publicações de acesso público no Facebook e no X (antigo Twitter), recuperadas em busca com recorte temporal entre abril de 2024 e junho de 2025 e selecionadas por critérios de engajamento mínimo e de audiência dos perfis. Parte-se da hipótese de que tal processo se estrutura segundo uma lógica populista. Com base em Ernesto Laclau (2005) e Letícia Cesarino (2019), propõem-se seis categorias analíticas para a interpretação das publicações: polarização moral e política; liderança como porta-voz do povo; mediação exclusiva; narrativa de crise e mobilização permanente; projeção acusatória; e militarismo populista. Argumenta-se, ainda, que a expansão do modelo cívico-militar na educação contribui para a militarização social, entendida como a naturalização de relações de poder baseadas no *ethos* militar, fenômeno que possui raízes históricas no Brasil. Os resultados indicam que o modelo é promovido como solução não apenas para os problemas da educação pública, mas também para dilemas morais e sociais mais amplos, exaltando valores como disciplina, ordem e patriotismo, enquanto críticas são desqualificadas como ideológicas ou contrárias à vontade popular. Reconhecem-se os limites do estudo, como a necessidade de ampliação do corpus em etapas posteriores e a incorporação da análise das contranarrativas. O trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas discursivas que legitimam a militarização da educação em contextos marcados por disputas políticas nas redes sociais.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares, Militarização, Populismo, Populismo digital, Redes sociais.

MILITARIZATION, POPULISM, AND DISCOURSES OF LEGITIMATION OF CIVIC-MILITARY SCHOOLS ON SOCIAL MEDIA

ABSTRACT: This exploratory study analyzes the process of legitimizing civic-military schools on social media, based on 40 publicly accessible posts on Facebook and X (formerly Twitter), retrieved through searches covering April 2024 to June 2025 and selected by criteria of minimum engagement and profile

[1] Artigo publicado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML.

reach. It starts from the hypothesis that this process is structured according to a populist logic. Drawing on Ernesto Laclau (2005) and Letícia Cesarino (2019), six analytical categories are proposed to interpret the publications: moral and political polarization; leadership as the voice of the people; exclusive mediation; crisis narrative and permanent mobilization; accusatory projection; and populist militarism. The study further argues that the expansion of the civic-military model in education contributes to social militarization, understood as the naturalization of power relations based on military *ethos*, a phenomenon with historical roots in Brazil. The results indicate that the model is promoted as a solution not only to the problems of public education but also to broader moral and social dilemmas, extolling values such as discipline, order, and patriotism, while criticism is dismissed as ideological or contrary to the popular will. The study acknowledges its limitations, such as the need to expand the corpus in later stages and incorporate the analysis of counter-narratives. It contributes to understanding the discursive dynamics that legitimize the militarization of education in contexts marked by political disputes on social media.

Keywords: Civic-military Schools, Militarization, Populism, Digital populism, Social media.

MILITARIZACIÓN, POPULISMO Y DISCURSOS DE LEGITIMACIÓN DE LAS ESCUELAS CÍVICO-MILITARES EN LAS REDES SOCIALES

RESUMEN: Este trabajo exploratorio analiza el proceso de legitimación de las escuelas cívico-militares en las redes sociales, a partir de 40 publicaciones de acceso público en Facebook y en X (antes Twitter), recuperadas en búsquedas con un recorte temporal entre abril de 2024 y junio de 2025 y seleccionadas por criterios de interacción mínima y de audiencia de los perfiles. Se parte de la hipótesis de que dicho proceso se estructura según una lógica populista. Con base en Ernesto Laclau (2005) y Letícia Cesarino (2019), se proponen seis categorías analíticas para la interpretación de las publicaciones: polarización moral y política; liderazgo como portavoz del pueblo; mediación exclusiva; narrativa de crisis y movilización permanente; proyección acusatoria; y militarismo populista. Se argumenta, además, que la expansión del modelo cívico-militar en la educación contribuye a la militarización social, entendida como la naturalización de relaciones de poder basadas en el *ethos* militar, fenómeno que posee raíces históricas en Brasil. Los resultados indican que el modelo es promovido como solución no solo a los problemas de la educación pública, sino también a dilemas morales y sociales más amplios, exaltando valores como la disciplina, el orden y el patriotismo, mientras que las críticas son descalificadas como ideológicas o contrarias a la voluntad popular. Se reconocen los límites del estudio, como la necesidad de ampliar el corpus en etapas posteriores e incorporar el análisis de las contranarrativas. El trabajo contribuye a la comprensión de las dinámicas discursivas que legitiman la militarización de la educación en contextos marcados por disputas políticas en las redes sociales.

Palabras clave: Escuelas cívico-militares, Militarización, Populismo, Populismo digital, Redes sociales.

INTRODUÇÃO

O fortalecimento político das Forças Armadas e sua presença em áreas civis foram traços marcantes do governo Bolsonaro, conferindo novo fôlego a um processo mais amplo e histórico de militarização no Brasil, entendida aqui como a ampliação da presença de elementos e a incorporação de valores e práticas de origem militar em esferas civis da vida social. Embora não inédito, esse fenômeno ganhou novas dimensões com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Criado em 2019, o modelo proposto busca naturalizar a presença militar na educação básica por meio da incorporação de agentes das forças de segurança, regulamentos e conceitos militares ao cotidiano das

escolas públicas. O PECIM foi oficialmente encerrado em 2023; no entanto, o modelo segue se expandindo, impulsionado por governos estaduais e municipais, e figura como uma das principais pautas da extrema direita no país.

A narrativa que busca legitimar as escolas cívico-militares valoriza o militar como agente moral e cívico, atribuindo aos valores da corporação a capacidade de criar um ambiente mais favorável ao aprendizado. Essa narrativa tem ganhado força nas redes sociais, onde o modelo é promovido como solução para problemas como violência, indisciplina, baixo desempenho e evasão escolar. Em contraste, as escolas tradicionais são frequentemente retratadas como espaços dominados pela chamada "doutrinação ideológica de esquerda". Essa esquerda seria contrária ao modelo por – supostamente – não se preocupar com o desenvolvimento educacional da juventude nem com o futuro do país.

Este artigo examina como se constrói o processo de legitimação das escolas cívico-militares nas redes sociais, com foco em publicações no Facebook e no X (antigo Twitter). Com base nas contribuições de Ernesto Laclau (2005) e Letícia Cesarino (2019), parte-se da hipótese de que essa legitimação se estrutura segundo uma lógica populista, operando por meio da construção de antagonismos políticos, da desqualificação de instâncias mediadoras, da valorização de uma comunicação direta entre lideranças e o "povo" e da mobilização permanente diante de uma suposta crise.

Historicamente, as Forças Armadas exerceram influência significativa sobre o cenário político e o imaginário social brasileiro, influência que alcançou também o campo educacional, como demonstra a imposição da disciplina Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. No governo Bolsonaro, esse processo se intensificou. Nos últimos anos, o número de integrantes das forças de segurança eleitos para cargos políticos tem crescido de forma expressiva. Paralelamente, a figura do militar e os valores associados à corporação passaram a ser exaltados tanto em manifestações sociais de direita quanto na formulação de políticas educacionais, como o próprio PECIM e as iniciativas estaduais dele derivadas em estados como Paraná e São Paulo. Ainda que o modelo não tenha sido inaugurado pelo programa federal, foi ele que impulsionou sua difusão: para Cássio (2026, p. 37), "o Pecim cumpriu um papel eminentemente indutor da militarização nas redes de ensino".

Esse processo é aqui inserido em um quadro conceitual mais amplo. Conforme argumenta Mathias (2004), a militarização não se restringe à ocupação de cargos civis por militares, mas envolve a incorporação de valores, práticas e racionalidades de origem castrense à administração pública. Ceceña (2009) – por sua vez – entende a militarização das relações sociais como um processo complexo de naturalização das relações de poder sustentado pela manutenção de determinados imaginários. Com base nessas contribuições, sustenta-se neste artigo que a expansão das escolas cívico-militares contribui para o aprofundamento da militarização social, compreendida como uma disputa cultural em torno da construção de um senso comum que naturaliza relações de poder baseadas no *ethos* militar: conjunto de normas, valores e comportamentos que moldam a identidade das corporações armadas. A militarização das escolas inscreve-se – nesse sentido – em um processo mais amplo de militarização social. Cabe registrar que essa não é a posição declarada pelos defensores do modelo. Os documentos oficiais apresentam o programa como medida de combate às desigualdades de oportunidades e à violência, de fomento à formação humana e cívica e de promoção de uma boa gestão escolar (Brasil, 2021, p. 4).

É nesse entrelaçamento entre militarização, populismo e educação que esta pesquisa, de caráter exploratório, se situa. O objetivo é analisar de que forma os discursos favoráveis às escolas cívico-militares buscam construir legitimidade e promover o modelo como solução para problemas estruturais

da educação. O foco recai sobre as estratégias simbólicas que sustentam essa legitimação e que, como se argumenta, se estabelecem por meio de padrões discursivos ancorados na lógica populista.

O caráter exploratório da pesquisa impõe alguns limites a este trabalho. O corpus foi selecionado de forma intencional e não probabilística. A análise sustenta a identificação e a descrição de padrões discursivos recorrentes na produção favorável ao modelo cívico-militar, e sustenta o argumento de que esses padrões operam segundo uma lógica populista, em particular a do populismo digital descrito por Cesarino (2019). A análise não permite estimar a frequência desses padrões no universo das publicações sobre o tema, ainda que descreva sua distribuição no corpus analisado. Tampouco se propõe uma análise sistemática das contranarrativas, que exigiria outra estratégia de amostragem. Nesse sentido, o que se apresenta é uma amostra das estratégias discursivas utilizadas na construção da legitimação do modelo, a ser ampliada por pesquisas posteriores.

O artigo está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, apresenta-se uma breve contextualização histórica sobre o processo de militarização no Brasil e sua inserção no campo educacional. Em seguida, expõem-se o referencial teórico, o método adotado na pesquisa empírica e as categorias analíticas propostas para a interpretação das publicações. Nas considerações finais, discutem-se os principais achados e limites da pesquisa.

A MILITARIZAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO

A militarização pode ser entendida como um processo multidimensional, cujas manifestações extrapolam o campo estritamente militar. Mathias (2004) identifica três formas complementares, embora não interdependentes, desse processo: 1) a ocupação de cargos da administração pública civil por militares; 2) a aplicação de doutrinas militares às políticas públicas; e 3) a transferência de valores militares à administração pública, ou seja, quando o *ethos* político (a polis) passa a se confundir com o *ethos* militar.

O Brasil não é um caso isolado na região. Amoroso Botelho et al. (2023) identificam, nos últimos anos, uma intensificação da militarização da política democrática na América Latina, especialmente por meio da concessão de funções político-administrativas e cargos de poder às Forças Armadas. Entre os casos analisados, apontam o Brasil como paradigmático, dada a presença militar em distintas instâncias e áreas políticas desde a redemocratização, com especial ênfase no governo Bolsonaro.

Em trabalhos anteriores (Cavalcante, 2025a, 2025b), discuti o papel histórico das Forças Armadas como força social ativa nos rumos da política nacional. A permanência dessa influência após a ditadura militar - evidenciada no processo de redemocratização, com anistia a torturadores, e na Constituição de 1988[2], que preserva "intacta uma ampla herança do passado, inclusive a tutela militar, como recurso extremo para qualquer fim..." (Fernandes, 1989, p. 347) - expressa uma democracia marcada pela permanência de heranças autoritárias.

[2] A Constituição de 1988, em seu artigo 142, atribui às Forças Armadas a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por solicitação de qualquer desses poderes, a manutenção da lei e da ordem. Esse dispositivo tem sido interpretado, por setores militares e civis, como respaldo a um suposto papel moderador das Forças Armadas. Essa leitura é reforçada, por exemplo, no documento "Cenário de Defesa 2020–2039", publicado pelo Ministério da Defesa em 2017, no qual se reivindica o emprego militar em situações de instabilidade política: "Devido à situação político-institucional, parcela significativa da população poderia se revoltar contra a classe política e demandar mudanças, gerando violência, o que, provavelmente, colocaria as Forças Armadas na cena política por força do Art. 142 da Constituição Federal (garantia dos poderes constitucionais)" (Brasil, 2017, p. 40).

Nozaki (2021) reforça essa leitura ao apontar que o histórico de envolvimento das Forças Armadas em funções de repressão interna - como o controle de greves e operações de policiamento - contribuiu para uma autopercepção dos militares como guardiões da unidade nacional, sustentada em uma visão elitista segundo a qual o povo seria incapaz de conduzir um projeto nacional.

O próprio bolsonarismo, enquanto movimento de extrema direita que, em seu componente ideológico, incorpora tanto o resgate da memória da ditadura quanto uma concepção bélica de mundo (Rocha, 2021), só pode ser plenamente compreendido a partir de sua dimensão militar. Esse componente se sustenta na negação da política como espaço dialógico e na subordinação do campo político à lógica castrense.

Durante o governo Bolsonaro, a presença de militares na administração pública se intensificou significativamente. Em 2020, havia 6.157 militares em cargos civis, incluindo ministérios, setores da saúde e da educação, além de diretorias de empresas estatais, o que representa um aumento de 108% em relação a 2016 (Nozaki, 2021, p. 10). Paralelamente, observa-se o avanço eleitoral de representantes das forças de segurança pública. Coronéis, generais, delegados, policiais e bombeiros passaram a ocupar cadeiras nos poderes Legislativo e Executivo. Segundo dados do Instituto Sou da Paz (2024), entre 2010 e 2018 houve um aumento de 950% no número de deputados federais eleitos com esse perfil: de quatro, em 2010, para 42 em 2018. Nas eleições municipais, os números também impressionam: somando as candidaturas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, foram 7.349 candidatos em 2012 (849 eleitos); 6.840 em 2016 (851 eleitos); 8.296 em 2020 (786 eleitos); e 6.827 em 2024 (849 eleitos), majoritariamente para o cargo de vereador.

Esse fenômeno se apoia – em parte – na elevada credibilidade social das Forças Armadas. De acordo com pesquisa do Datafolha (2024), 37% da população declara ter "muita confiança" na instituição. Embora esse índice tenha recuado em relação aos 45% registrados em 2019, ainda assim as Forças Armadas figuram como a instituição mais confiável entre os entrevistados. Por sua vez, o Congresso Nacional e os partidos políticos apresentam os menores níveis de confiança: apenas 10% e 7%, respectivamente, afirmam confiar plenamente nessas instituições.

Militarização e educação

Ceceña (2009) concebe a militarização das relações sociais como um fenômeno complexo, que vai além das guerras abertas, abrangendo ações que perpetuam visões de mundo e naturalizam relações de poder por meio da manutenção de imaginários. Em outras palavras, para além da ocupação de cargos e mandatos, a militarização alcança também o plano das subjetividades, ao transformar valores militares em parâmetros de normalidade social e diretrizes de políticas públicas. Trata-se, portanto, de uma batalha cultural pela construção de sentidos, sendo a educação um dos campos em disputa.

Durante a ditadura militar, os conteúdos escolares e a seleção de professores passavam pelo controle dos militares. Um exemplo foi a imposição da obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas de todas as modalidades. Oficializada em 1969 por meio do Decreto-Lei 869 e revogada somente em 1993 pela Lei n. 8.663, essa disciplina tinha como objetivo cultivar valores como o culto à pátria, a moral religiosa e a obediência à lei. Além dela, outras reformas foram implementadas para orientar a educação pública segundo uma lógica tecnicista. As críticas aos impactos dessa orientação educacional foram muitas e continuam sendo objeto de debate entre especialistas (Cunha, 2014).

Na história recente, como parte de um movimento político mais amplo, observa-se a retomada de um discurso que questiona uma orientação progressista da educação brasileira. Expresso no movimento Escola Sem Partido e amplificado nas "marchas contra a corrupção", durante a crise do governo Dilma, esse discurso se manifestou por meio de um forte rechaço ao legado de Paulo Freire, à educação com perspectiva de gênero e ao que se denomina "ideologização de esquerda" ou "marxismo cultural", designação genérica, sem correspondência concreta com alguma corrente do pensamento marxista, que atribui à esquerda o controle das instituições culturais e educacionais e converte a atuação docente em suspeita de doutrinação ideológica. Essa ofensiva discursiva foi incorporada no Plano de Governo de Jair Bolsonaro, em 2018, que afirmava: "Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira" (Bolsonaro, 2018).

Esse conjunto de pautas conservadoras, que vem ganhando força nas últimas duas décadas, configura uma reação regressiva às transformações sociais, políticas e econômicas em curso. Como demonstram Pereira Cunha e Ota (2023), grupos conservadores passaram a se articular em resposta à inclusão de pautas mais plurais nas políticas educacionais. A aprovação da Lei 10.639, em 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica, é seguida, em 2004, pelo surgimento do Escola Sem Partido e pela criação do programa Escola sem Homofobia, ao qual se contrapôs, em 2010, a promulgação do Acordo Brasil-Santa Sé, que versava sobre o ensino religioso nas escolas públicas (Carreira, 2022 *apud* Pereira Cunha; Ota, 2023). Os autores afirmam que a agenda conservadora recorre frequentemente a argumentos falsos sobre as instituições escolares, como acusações de "doutrinação esquerdista", "sexualização precoce" e "desordem", para justificar iniciativas como o próprio Escola Sem Partido, o combate à chamada "ideologia de gênero" e a criação das escolas cívico-militares. Convertidas em instrumentos de ataque à educação pública, tais medidas carregam componentes de exclusão, racismo e intolerância.

A militarização das escolas públicas e sua expansão recente exigem uma análise crítica. É importante, contudo, distinguir os diferentes modelos de escolas militares existentes no país. De um lado, estão instituições voltadas à formação profissional militar, como a Academia Militar das Agulhas Negras e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. De outro, os tradicionais Colégios Militares, vinculados ao Exército ou às Polícias Militares, voltados majoritariamente a filhos de militares. Já as escolas cívico-militares representam um modelo distinto: buscam naturalizar a formação militar na educação básica por meio da incorporação de regulamentos e conceitos militares ao cotidiano das escolas públicas, em arranjos variados de gestão, administração e estrutura (Saraiva, 2023).

Convém recordar que a militarização de escolas públicas antecede o PECIM. Cássio (2026, p. 35) menciona que a entrada de militares para funções administrativas e pedagógicas em escolas vinculadas às secretarias de educação já se desenhava antes de 2019 nas redes estaduais de Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, processo puxado sobretudo pela rede estadual de Goiás[3]. A partir de 2019, porém, o modelo se amplia de forma significativa em todo o país, alcançando 1.578 escolas militarizadas em maio de 2026, número 595% maior que o de 2019 (Cássio, 2026, p. 25). O programa federal não inaugura o fenômeno, mas o nacionaliza e cumpre papel indutor

[3] Ver também Santos (2020) e Alves e Toschi (2019).

sobre as redes estaduais e municipais (Cássio, 2026, p. 37), o que ajuda a explicar por que sua revogação em 2023 não interrompeu a expansão do modelo.

O PECIM propõe a gestão compartilhada entre Secretarias de Educação e corporações militares, com adesão voluntária mediante consulta à comunidade escolar. Apresenta-se como alternativa para enfrentar problemas como o baixo desempenho, a violência nas escolas e as desigualdades de oportunidades, inspirando-se nos Colégios Militares como modelo de excelência. Conforme o documento *Diretrizes das Escolas Cívico-Militares*:

> Esse modelo é baseado nos Colégios Militares e será aplicado para as etapas ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de escolas públicas que possuam baixo Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade.
> Diante do exposto, percebemos a implantação do Programa das Escolas Cívico Militares como uma medida importante de combate às desigualdades de oportunidades e à violência e de fomento à formação humana e cívica, além de proporcionar a boa gestão escolar, oferecendo aos jovens a possibilidade de se tornarem protagonistas de suas vidas e cidadãos que desenvolverão seu município, estado e país (Brasil, 2021, p. 4).

Defensores do modelo alegam que a presença de militares no controle disciplinar não interferiria na gestão democrática ou pedagógica da escola. O Regulamento das Escolas Cívico-Militares, presente no Manual das Escolas Cívico-Militares, afirma que as tarefas do Corpo de Monitores "são complementares às dos docentes e não concorrentes" (Brasil, 2020, p. 33), formulação retomada nas Diretrizes do programa, que atribuem exclusivamente aos docentes as atividades de apoio ao processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2021, p. 13). O que os documentos do PECIM estabelecem, contudo, é uma estrutura paralela que atravessa a escola, vinculada administrativamente ao Ministério da Defesa ou aos órgãos de segurança estaduais e municipais.

> Art. 31. O Corpo de Monitores é o responsável pela Gestão Educacional e deve atuar na promoção de atividades que visem à difusão de valores humanos e cívicos que estimulem o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula. Art. 32. Os militares do Corpo de Monitores, incluindo também o Oficial de Gestão Escolar, estarão vinculados administrativamente ao Ministério da Defesa ou aos órgãos de segurança estaduais e municipais, conforme o caso (Regulamento das Escolas Cívico-Militares, Brasil, 2020, p. 28).

A direção escolar passa a contar com esse Oficial de Gestão Escolar, assessor do Diretor nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa (Brasil, 2021, p. 13), e ao Oficial de Gestão Educacional, como Coordenador dos monitores, compete zelar pela disciplina escolar, participar da elaboração dos Projetos Valores em colaboração com a coordenação pedagógica e os docentes, e participar dos Conselhos de Classe (Brasil, 2021, p. 29-30). Aos monitores, entre outras trinta e nove atribuições, cabe atuar no desenvolvimento de atitudes e valores, contribuir para a formação ética, afetiva, social e simbólica dos alunos e desenvolver o espírito de civismo, contribuindo para que os alunos entendam a importância da realização e participação dos cultos aos Símbolos Nacionais (Brasil, 2021, p. 31-32). Em tese, a gestão da escola permanece sob a responsabilidade de um profissional civil, o que difere dos colégios militares tradicionais, cuja direção é exercida por militares das Forças Armadas ou das

polícias militares[4]. No entanto, pedagogicamente, o que se manifesta é a transferência da lógica do quartel para a escola, com regras estritas que limitam atividades simples, como brincadeiras e rodas de conversa (Ferraz, 2024).

Com o fim do governo Bolsonaro e a eleição do presidente Lula, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, determinou a descontinuidade progressiva do PECIM, conforme o Ofício Circular nº 4/2023/COGEF/DPDI/SEB/SEB-MEC, emitido em 10 de julho de 2023 (Brasil, 2023). A orientação foi promover a desmobilização gradual dos militares envolvidos no programa e retomar o modelo educacional orientado pelo MEC. Os recursos federais foram interrompidos. Contudo, a orientação não foi suficiente para impedir a continuidade e expansão do modelo nos estados e municípios, como indicam os dados já apresentados. Governadores favoráveis ao modelo alegam haver grande demanda social, com filas de espera, e vêm desenvolvendo políticas estaduais próprias para garantir sua continuidade, com variações locais em sua implementação.

A expansão do modelo cívico-militar no Brasil, embora atualmente envolta em incertezas jurídicas[5], não deve ser compreendida como uma política educacional isolada, mas como parte de uma disputa mais ampla por sentidos no campo político, cultural e institucional. Em jogo estão questões fundamentais sobre o papel da educação: quem educa, como e para quê. A crescente adesão de governos estaduais e municipais ao modelo, muitas vezes impulsionada por promessas eleitorais e por narrativas de combate à "doutrinação ideológica", revela que sua legitimação se apoia menos em fundamentos técnicos ou pedagógicos e mais em antagonismos políticos e discursos de crise. Consolidado como uma das principais plataformas da direita e da extrema direita no país[6], o modelo encontra nas redes sociais um espaço estratégico para sua legitimação pública.

Nesse processo, os defensores buscam conferir legitimidade ao *ethos* militar ao apresentá-lo não como uma escolha ideológica, mas como uma resposta técnica, moral e necessária à suposta crise da educação pública. Torna-se essencial, portanto, compreender a legitimação como um processo discursivo ativo de construção de sentidos, capaz de atribuir aparente neutralidade a determinadas práticas, ao mesmo tempo em que desqualifica outras. Trata-se de entender como certas narrativas posicionam esse modelo como solução eficaz e desejável, enquanto deslegitimam abordagens associadas à pluralidade, à participação democrática e à pedagogia crítica.

Ao analisar os materiais institucionais de divulgação do PECIM, Gomes (2022) identifica duas estratégias principais de legitimação: a avaliação moral e a racionalização. A primeira opera por meio de um discurso que atribui aos militares o papel de restauradores da ordem em um contexto de "desestruturação" familiar e moral; um "moralismo compensatório" que projeta nos agentes das forças

[4] Há diferenças na organização do modelo entre os estados, sobretudo quanto à gestão compartilhada. No Paraná, a figura do diretor cívico-militar foi extinta em 2021, e as atribuições do cargo ficaram limitadas à coordenação de atividades cívico-militares, passando a ser exercidas pelo monitor militar de mais alta graduação (Dombrowski Netto; Moreira, 2024).

[5] A Advocacia-Geral da União (AGU) defende a inconstitucionalidade do modelo, argumentando que a criação de modelos educacionais é atribuição exclusiva da União e que não há previsão legal para que militares exerçam funções de ensino ou de apoio escolar (STF CONVOCA [...], 2024).

[6] Entre os estados que apostam na expansão do modelo cívico-militar, destacam-se São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou a meta de implementar pelo menos 100 escolas cívico-militares até 2025 (Bocchini, 2024). Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema (Novo) propõe uma ampliação de 8.000% no número dessas escolas (Búrigo, 2025). Já no Paraná, o governador Ratinho Junior (PSD) avançou significativamente, totalizando 345 colégios cívico-militares em funcionamento em 2026, segundo informações disponíveis no Portal da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

de segurança a autoridade simbólica para recompor os valores perdidos. A segunda estratégia se ancora na linguagem da eficiência, apresentando o modelo como responsável por melhorias significativas nos índices educacionais, na disciplina e na segurança das escolas. Essas estratégias não apenas justificam o modelo: elas o constroem simbolicamente como "necessário", convertendo a defesa das escolas cívico-militares não em uma opção, mas em uma cruzada moral contra a "doutrinação ideológica de esquerda" e o suposto "fracasso" da escola pública.

POPULISMO E POPULISMO DIGITAL COMO LÓGICA POLÍTICA E DISCURSIVA

As mídias sociais, mais do que veículos de informação, tornaram-se dispositivos de produção de pertencimento político, reorganizando o espaço simbólico da política e transformando a relação entre lideranças, instituições e públicos. Letícia Cesarino (2019; 2022) observa que essas plataformas não apenas difundem conteúdos, mas ajudam a estruturar o funcionamento de movimentos como o bolsonarismo. As redes favorecem a circulação de mensagens emocionais, alarmistas e moralizantes, que reforçam percepções de ameaça e desestabilizam a confiança nas instituições democráticas. Com o apoio dos algoritmos e das dinâmicas de engajamento em redes de confiança, como grupos de WhatsApp e perfis ideologicamente alinhados, constrói-se a ilusão de uma comunicação direta entre líder e povo, prescindindo das formas tradicionais de mediação política.

Essa configuração favorece o surgimento do que Cesarino (2022), com base em Victor Turner, denomina *públicos antiestruturais*: grupos que rejeitam os meios tradicionais de participação democrática e contribuem para a corrosão dos fundamentos do compromisso liberal. No caso do bolsonarismo, observa-se a formação de um público altamente reativo e engajado, cuja identidade política se estrutura em torno do ressentimento, da indignação e da crença em uma missão redentora de restauração da ordem. Trata-se de uma lógica política marcada pelo antagonismo, que se posiciona em confronto com os valores identificados como pertencentes ao "sistema", supostamente dominado pelo "marxismo cultural".

Nesse contexto, os discursos que promovem o modelo cívico-militar encontram um terreno fértil para se consolidar. A articulação entre militarização e populismo, mediada pelas redes, permite que essas escolas sejam apresentadas não apenas como uma proposta educacional, mas como trincheiras morais contra a "doutrinação", o "caos" e a "degeneração" da juventude. É nesse ponto que os conceitos de populismo[7] e populismo digital, conforme formulados por Ernesto Laclau e Letícia Cesarino, tornam-se fundamentais para compreender como esses discursos se organizam e se legitimam no imaginário social.

Em *La razón populista*, Laclau (2005) propõe compreender o populismo como uma lógica política, um modo específico de operação do político, por meio do qual se constroem identidades coletivas. Nessa perspectiva, o "povo" não é uma unidade preexistente nem um dado sociológico, mas uma construção contingente e performativa, articulada a partir de *cadeias de equivalência* entre demandas

[7] Cabe ressaltar que o uso que faço do conceito de populismo se refere a uma lógica política mobilizada, neste caso, por um projeto de extrema direita. No entanto, como argumenta Laclau, o populismo não se define por um conteúdo ideológico específico. Trata-se de uma forma particular de articulação política, que pode ser mobilizada por diferentes projetos tanto à esquerda quanto à direita. Porém, considero problemática a forma como o termo tem sido utilizado de maneira generalizada, muitas vezes como rótulo aplicado indiscriminadamente a governos de orientações muito distintas, como se compartilhassem as mesmas propostas e objetivos. Essa leitura acaba por esvaziar o conceito, reduzindo-o à simples mobilização do "povo" e ignorando sua complexidade enquanto lógica política e discursiva.

sociais heterogêneas, unificadas por meio de *significantes vazios*: termos amplos e indeterminados como "justiça", "liberdade", "povo", "nação" ou "ordem", capazes de condensar sentidos diversos. A vaguidade dos símbolos populistas não é uma falha, mas uma condição de seu funcionamento, pois permite a unificação da heterogeneidade. Trata-se da mobilização de uma *plebs* difusa que, sob a mediação de um líder carismático, é transformada em *populus*: uma parcialidade que se apresenta como a totalidade legítima da comunidade política.

A lógica populista exige, portanto, a produção de antagonismos. A construção de um "inimigo interno" -político, cultural e/ou moral- é condição para a mobilização do "povo" como sujeito legítimo da política. Esse inimigo também opera como significante vazio, moldado conforme o contexto e os afetos mobilizados. O papel do líder carismático é central nesse processo: ele funciona como ponto de condensação simbólica e afetiva, reunindo sob sua figura as diferentes demandas e se apresentando como a encarnação da vontade coletiva, capaz de proteger o "povo" contra os "de cima", os "de sempre", o "sistema".

Na lógica populista, a relação entre povo e liderança se sustenta na desqualificação dos canais tradicionais de mediação (como partidos, imprensa e instituições democráticas) e na construção de meios exclusivos de comunicação, apresentados como canais privilegiados da "verdade". Nas redes sociais, esse mecanismo se intensifica, pois viabiliza uma comunicação direta entre líder e seguidores, consolidando espaços que reforçam identidades e antagonismos políticos.

Cesarino (2019) aprofunda essa abordagem ao analisar a emergência do *populismo digital*, conceito que desenvolve a partir da observação empírica de grupos bolsonaristas nas redes sociais, especialmente no WhatsApp, durante o período eleitoral de 2018. Para a autora, as mídias digitais estão coproduzindo novos populismos, em especial os conservadores. O populismo digital deve, assim, ser compreendido como um mecanismo de produção de hegemonia política, cuja base discursiva se estrutura em torno de conteúdos alarmistas e conspiratórios.

A autora afirma que as mídias digitais desempenharam um papel ambíguo na década que antecedeu a eleição de Bolsonaro. Em 2013, durante as Jornadas de Junho, as redes sociais (ainda centradas no Facebook) serviram como catalisadoras da desordem, fragmentando a esfera pública; já em 2018, sob a hegemonia do WhatsApp, tornaram-se mediadoras centrais da promessa de ordem e de um novo contrato moral entre povo e líder. A multidão difusa de 2013 foi gradualmente convertida, por meio de uma cadeia de equivalências discursivas, em uma identidade política unificada: o *populus* bolsonarista.

Inspirando-se na escala explicativa metalinguística proposta por Laclau, Cesarino (2019) identifica cinco funções metalinguísticas que estruturam o conteúdo do discurso populista digital. Tais funções são performativas, ou seja, não buscam representar uma realidade objetiva, mas produzir efeitos sobre o receptor, constituindo públicos e sentidos onde antes não existiam. São elas:

1. *Fronteira antagonística amigo e inimigo*: estabelece a divisão radical entre "nós" e "eles", convertendo o debate político em um embate irreconciliável. Sua eficácia depende do engajamento contínuo do inimigo na disputa.

2. *Equivalência entre liderança e povo*: unifica demandas diversas na figura do líder carismático, apresentado como tradução autêntica da vontade popular.

3. *Mobilização permanente por meio de ameaça e crise*: sustenta-se em conteúdos simplificadores, alarmistas e conspiratórios, mantendo os públicos em estado constante de alerta.

4. *Espelhamento do inimigo e inversão de acusações*: reproduz os mesmos códigos e formas do "inimigo" para inverter críticas e deslegitimar opositores.

5. *Produção de um canal midiático exclusivo*: ataca a imprensa profissional, especialistas, artistas e instituições, apresentando a "bolha" populista como o espaço legítimo da verdade.

O conceito de populismo digital e essas cinco funções metalinguísticas constituem um instrumental analítico valioso para a compreensão dos discursos que promovem o modelo cívico-militar nas redes sociais. Padrões como a construção de antagonismos, a narrativa de crise, a mobilização permanente e a criação de esferas exclusivas de verdade aparecem de forma recorrente nas publicações analisadas.

Nesse sentido, a hipótese que orienta este estudo exploratório é que a legitimação do modelo cívico-militar se constrói por meio de padrões discursivos que operam dentro da lógica populista. Para compreender essas dinâmicas, recorro às cinco funções metalinguísticas propostas por Cesarino, aqui adaptadas ao escopo da pesquisa. Tais funções operam como categorias interpretativas, orientando a análise empírica que se segue.

MÉTODO

Para a pesquisa empírica, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, voltada à identificação de padrões discursivos em postagens sobre as escolas cívico-militares. O corpus é composto por 40 publicações de acesso público, publicadas majoritariamente entre abril de 2024 e junho de 2025[8], coletadas nas plataformas X (antigo Twitter) e Facebook, a partir da busca por três termos: "escolas cívico-militares", "escola cívico-militar" e "militares na educação". A escolha das duas plataformas se justifica por seu uso corrente como espaços virtuais de debate político no país, ao passo que o Instagram se consolidou mais em torno da circulação de imagens. A coleta foi realizada entre maio e junho de 2025, e o filtro temporal das buscas foi definido como o ano anterior ao início da consulta. Uma das publicações do corpus está hospedada no Instagram, identificada no curso das buscas realizadas nas duas plataformas. Uma segunda publicação é anterior ao intervalo definido para a busca, tendo sido devolvida pelos próprios mecanismos das plataformas, cuja filtragem temporal se mostrou imprecisa. Ambas foram mantidas por sua pertinência ao objeto. A busca combinou os três termos por meio do operador OR, e a coleta foi conduzida de forma intencional e sequencial: cada publicação retornada era avaliada no momento da consulta e incorporada ao corpus quando atendia ao critério de engajamento mínimo. O critério operou, portanto, como filtro de inclusão durante a coleta, e não como triagem posterior aplicada a um conjunto previamente fechado. Por essa razão, não há registro do número total de publicações retornadas pelas buscas. Assume-se essa limitação de rastreabilidade: não é possível estabelecer a proporção entre o material selecionado e o universo devolvido pelas plataformas, cujos resultados variam conforme o momento da consulta e os critérios algorítmicos de ordenação.

A seleção combinou dois critérios. O primeiro é de circulação: as postagens deveriam registrar ao menos 50 curtidas, além de comentários e compartilhamentos. O limiar não mede representatividade estatística. Ele opera como piso, uma vez que interessam as publicações que efetivamente circularam, e não a totalidade do que foi publicado sobre o tema. O corpus resultante situa-

[8] O período analisado, delimitado pelo filtro de busca e pelo momento da coleta, coincide com a intensificação do debate público em torno da adoção do modelo cívico-militar pela rede estadual de ensino de São Paulo.

se, em sua maioria, bastante acima desse mínimo: a mediana é de 967 curtidas; apenas uma publicação registra menos de 100; 20 ultrapassam um mil; sete superam cinco mil.

O segundo critério diz respeito à audiência dos perfis: foram consideradas apenas publicações de contas com ampla circulação. A mediana de seguidores é de aproximadamente 158 mil; 27 perfis ultrapassam 100 mil; quatro superam um milhão. São criadores de conteúdo digital, políticos, políticos-militares e veículos de comunicação, tanto os de imprensa estabelecida quanto os canais digitais alinhados à direita e à esquerda.

O encerramento da coleta em 40 publicações decorre do desenho da pesquisa. A análise exige leitura integral de cada publicação, dos comentários que ela suscita e do perfil de quem a produz, além de codificação manual das categorias, procedimentos incompatíveis com coleta automatizada em larga escala. Soma-se a isso o estágio exploratório desta etapa, que se insere em investigação mais ampla sobre a militarização na educação básica: o objetivo aqui é identificar padrões e construir instrumentos analíticos. A ampliação do corpus fica, por ora, como agenda de pesquisa[9].

Finalmente, é importante mencionar que os termos de busca correspondem ao léxico empregado pelos próprios defensores do modelo, ao passo que os críticos do modelo costumam utilizar expressões como "militarização das escolas", "militarização da educação", "escola não é quartel", ausentes da busca. A predominância de publicações favoráveis, 26 das 40, e a presença de apenas uma publicação contrária resultam da combinação entre esse recorte lexical e a seleção intencional descrita acima, coerente com o objeto da pesquisa. Não indicam ausência de crítica ao modelo no debate digital.

A partir dos padrões discursivos recorrentes identificados nas postagens favoráveis ao modelo e com base nas funções metalinguísticas descritas por Cesarino (2019), foram elaboradas seis categorias analíticas que orientam a interpretação e ajudam a compreender como se constrói a legitimação discursiva das escolas cívico-militares.

As seis categorias propostas são:

- Polarização moral e política
- Liderança como porta-voz do povo
- Mediação exclusiva
- Narrativa de crise e mobilização permanente
- Projeção acusatória
- Militarismo populista

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

As postagens analisadas foram – em sua maioria – produzidas por atores políticos da direita e extrema direita, além de criadores de conteúdo digital alinhados a esse campo ideológico. Foram observados os perfis dos autores e suas eventuais vinculações partidárias, bem como o teor predominante do discurso e o tipo de interação gerada (apoio, crítica ou neutralidade[10] em relação ao modelo). Das 40 publicações, 15 (37,5%) partiram de políticos: nove de deputados estaduais, três de deputados federais,

[9] Para ter acesso à base de dados do corpus analisado, ver De Sá Cavalcante (2025).

[10] Considera-se como posição de "neutralidade" aquela em que a publicação se limita a relatar um acontecimento, sem manifestar juízo de valor de forma explícita.

uma de senador, uma de vereador e uma de governador. Destacam-se os filiados ao Partido Liberal (PL) e perfis com trajetória militar.

Tabela 1. Distribuição das postagens por tipo de autor e posicionamento em relação às escolas cívico-militares (ECM)

	Por posição das publicações			
Tipo de autor	**Favoráveis às ECM**	**Contrárias às ECM**	**Neutras**	**Total**
Canal de informação alternativo - direita	2	0	1	3
Canal de informação alternativo - esquerda	0	0	2	2
Jornais e meios tradicionais	2	0	10	12
Criadores de conteúdo	7	1	0	8
Políticos	6	0	0	6
Políticos-militares	9	0	0	9
Total	**26**	**1**	**13**	**40**

Fonte: Elaboração própria, com base em postagens coletadas no Facebook e X (abr. 2024-jun. 2025).

Tabela 2. Distribuição das publicações de políticos e político-militares por filiação partidária

Filiação Partidária	**Nº de publicações**
Partido Liberal (PL)	9
Progressistas	1
Novo	1
União	2
Republicanos	2
Total	**15**

Fonte: Elaboração própria, com base em postagens coletadas no Facebook e X (abr. 2024-jun. 2025).

No caso das publicações da plataforma X, o alcance variou entre dois mil e 200 mil visualizações. Considerando ambas as redes, as reações oscilaram entre 51 e 29 mil curtidas; os comentários, entre quatro e três mil; e os compartilhamentos, entre três e 9,6 mil. Embora não seja possível distinguir com precisão entre perfis autênticos e automatizados, os dados indicam ampla circulação das mensagens analisadas e elevado potencial de disseminação.

Em grande parte das postagens, observam-se simultaneamente duas ou mais das categorias analíticas combinadas, manifestadas de forma explícita ou mais sutil. A seguir, descreve-se como cada uma delas se expressa nas publicações, evidenciando as estratégias de legitimação discursiva do modelo cívico-militar no ambiente digital:

1. *Polarização moral e política*. Esse padrão discursivo expressa a dimensão antagônica do político, por meio da criação de uma fronteira simbólica que opõe dois campos irreconciliáveis: de um lado, o "povo"; de outro, seus "inimigos". Essa clivagem organiza identidades políticas e produz efeitos morais, convertendo disputas políticas em confrontos entre o bem e o mal. As postagens reforçam esse enquadramento ao posicionar, de um lado, os "defensores do povo" -lideranças da direita, representantes da família tradicional, patriotas, militares e apoiadores do modelo educacional cívico-militar- e, de outro, os "inimigos" -a esquerda, sindicatos, o governo Lula, o STF, professores e críticos do modelo. As escolas cívico-militares são apresentadas como símbolos de ordem, disciplina e moralidade. Seus opositores,

como ameaças à juventude, à educação e à nação. O debate educacional, assim, é deslocado para um confronto moral, em que criticar o modelo equivale a trair os interesses do país.

2. *Liderança como porta-voz do povo.* Esse padrão expressa a mecânica populista de equivalência entre liderança e povo, por meio da construção de uma relação direta e afetiva que prescinde das mediações institucionais. Nas postagens analisadas, essa identificação projeta-se principalmente em Jair Bolsonaro, mas também em outros representantes da direita como Tarcísio de Freitas. As escolas cívico-militares deixam, assim, de ser apenas uma proposta educacional e passam a simbolizar a aliança entre "povo" e lideranças.

3. *Mediação exclusiva*. A defesa das escolas cívico-militares ocorre por meio de canais próprios, como perfis de políticos, militares e influenciadores, que operam como esferas de comunicação direta com o "povo". Os conteúdos priorizam testemunhos emocionais e imagens simbólicas (alunos uniformizados, hasteamento da bandeira), dispensando mediações técnicas ou pedagógicas. A experiência subjetiva substitui a argumentação racional, enquanto a "bolha conservadora" é apresentada como o espaço da verdade, em oposição à suposta manipulação das instituições. A mensagem é amplificada por uma base digital engajada, tornando qualquer mediação institucional não apenas desnecessária, mas indesejada.

4. *Narrativa de crise e mobilização permanente*. A educação pública é retratada, de forma recorrente, como um sistema em colapso, dominado pela "doutrinação ideológica de esquerda" e marcado pela indisciplina, pela violência e pelo fracasso pedagógico. A crise evocada é apresentada como estrutural e moral, atribuída à atuação da esquerda e de professores "militantes". Esse discurso alarmista mobiliza a partir do medo, da indignação e do sentimento de abandono estatal, criando uma atmosfera de urgência que justifica a presença das forças de segurança pública nas escolas. O modelo cívico-militar é apresentado como saída redentora, a única alternativa viável. O enredo alimenta a necessidade de mobilização permanente contra o inimigo: o "sistema", os "esquerdistas infiltrados", o governo federal, os sindicatos ou qualquer voz crítica. Toda oposição é tratada como ameaça aos interesses do povo, deslocando o debate educacional para o campo da guerra cultural.

5. *Projeção acusatória*. As críticas ao modelo cívico-militar são deslegitimadas por meio de uma estratégia de espelhamento invertido, que projeta nos opositores os mesmos atributos historicamente associados à direita e extrema direita como autoritarismo, elitismo e intolerância. Os críticos são retratados como "ditadores comunistas", "elitistas" ou "manipuladores". O foco se desloca do conteúdo da crítica para a suposta intenção de quem a elabora. A acusação de que a esquerda deseja manter o povo na ignorância para preservar seu domínio político, acaba por esvaziar o debate. Segundo essa lógica, quem critica o modelo seria movido por medo de perder privilégios ou por representar exatamente aquilo que denuncia, ou seja, autoritarismo, ideologia e políticas contrárias aos interesses do povo.

6. *Militarismo populista.* Essa última categoria articula diretamente elementos do populismo com símbolos e retóricas de matriz castrense como estratégia de legitimação. Nas publicações analisadas, as escolas cívico-militares são apresentadas como solução integral para a crise educacional, moral e social do país. A retórica combina mobilização populista com o *ethos* militar, exaltando disciplina, hierarquia, patriotismo e obediência como pilares de um projeto regenerador da juventude, da escola e da nação. Essa legitimação se apoia em dois eixos: avaliação moral e racionalização. O primeiro projeta o militar como figura virtuosa, incorruptível e naturalmente apta a restaurar a ordem e conduzir a juventude. O segundo recorre a dados seletivos, como o IDEB, para construir uma aparência de superioridade técnica

que silencia críticas pedagógicas. A retórica se concretiza em imagens de alunos uniformizados, prestando continência, e em testemunhos emocionais usados como provas de eficácia. Metáforas de guerra reforçam o discurso: combate à doutrinação, defesa da juventude, resgate de valores frente a uma escola "sitiada", onde a militarização surge como única saída.

Tabela 3. Publicações favoráveis ao modelo: excerto e categorias identificadas

Excerto da publicação	Categorias
"Tarcísio desmente PSOL e defende escolas cívico-militares em manifestação enviada ao STF"	1, 2
"Viva as escolas cívico militares do Paraná", com vídeo de estudantes uniformizados descrevendo as regras da escola	1, 3, 4, 6
"Justiça acata pedido de sindicato e suspende o programa Escola Cívico-Militar de Tarcísio. Qual o medo?"	1, 3, 4
"Urgente: Desembargador do TJ-SP suspende monocraticamente programa de escolas cívico-militares de Tarcísio"	1, 4
"Escolas cívico-militares: além de não ouvir pobre, a esquerda não deve gostar de pobre"	1, 5
"Eu sou a favor das escolas cívico-militares! Estão entre as melhores do país!"	6
"Você concorda que as escolas cívico-militares são as melhores do Brasil? Sim ou não?", com ranking do Paraná	3, 6
"Entendeu a importância de não apoiar as escolas cívico-militares? As pessoas com conhecimento são difíceis de ser controladas", com notícia sobre colégio militar finalista de prêmio internacional	1, 5, 6
"Escola cívico-militar não, grita a esquerda. Eles têm projetos para seus filhos", com vídeo de adolescentes supostamente consumindo drogas em ambiente escolar	1, 4, 5
"Eu sou Bolsonaro e de quem ele indicar [...] sou a favor das escolas cívico-militares [...] E você, amigo?"	2, 3, 4
"Escola cívico militar são pedras no sapato da esquerda", com entrevista de Tarcísio de Freitas sobre o Ideb, evasão e criminalidade.	1, 2, 3, 6
"A esquerda tentou impedir mas foi em vão. Vai ter escola cívico-militar em São Paulo, sim! O povo paulista agradece", com imagem de estudantes uniformizados junto à bandeira nacional	1, 2, 3, 4, 6
Escola cívico-militar "que vem sofrendo com a falta de apoio do governo federal", mas é "referência em todas as métricas de ensino do país"	1, 2, 4, 6
"Liberdade de escolha: os pais decidirão modelos alternativos de educação"; escolas que "preservam a ordem e disciplina"; "programa eficaz que foi acabado pelo Gov. Lula"	1, 2, 4, 6
"Irei ao plenário do STF defender as escolas cívico-militares!"; são "mais benéficas, seguras e eficientes"; "serei a sua voz em Brasília"	1, 2, 3, 4, 6
"Modelo de disciplina, respeito e valores [...] ensinam responsabilidade, hierarquia e civismo"	6
"Escolas cívico-militares em nossa região: o que você pensa sobre isso? #escolasegura #futurodaeducacao #disciplinaenovosvalores", com enquete sobre a adesão de seis escolas	2, 3, 6
"Um ABSURDO a ONU querer o fim de uma modelo que só traz resultados excelentes onde é implantada"	1, 3, 4, 6
"Parabéns, meu amigo @tarcisiogdf, por defender um modelo que dá certo! [...]sei o quanto essa educação transforma vidas. Vamos superar o preconceito da esquerda que insiste em sabotar o que funciona"	1, 2, 4, 5, 6
"Batalhamos pelas ESCOLAS CÍVICO-MILITARES [...] E nada disso seria possível sem nossos amigos e parceiros que se juntaram a essa causa pela EDUCAÇÃO em nosso estado. Vamos juntos porque esse é só o começo"	2, 3, 4, 6
"Como parlamentar e policial militar da reserva, eu falo com base em dados e experiência [...]. Quem barra esse modelo está escolhendo manter nossos jovens no abandono"	1, 3, 4, 5, 6
"70 escolas cívico-militares em SP: uma vitória da nossa luta!"	2, 4, 6
"7 de Setembro da vergonha. Saem as escolas cívico militares e entram os guerrilheiros do MST"	1, 4, 6

"Parabéns, Governador. Hoje, com a lei das escolas cívico-militares sancionada em São Paulo, os jovens de nosso estado é que saem ganhando com mais oportunidades"	2
"Você apoia e quer uma escola cívico-militar em sua cidade?", com abaixo-assinado pelo fortalecimento do modelo em Minas Gerais	2
"Muitos pais e mães sonham com essas escolas para seus filhos"; na entrevista anexa "a esquerda não propõe nada e só atrapalha quem propõe"	1, 2, 3, 4, 6
Total por categoria	**1:17 / 2:14 / 3:12 / 4:16 / 5:5 / 6:18**

Fonte: Elaboração própria, com base em postagens coletadas no Facebook e X (abr. 2024-jun. 2025).
Legenda: 1. Polarização moral e política; 2. Liderança como porta-voz do povo; 3. Mediação exclusiva; 4. Narrativa de crise e mobilização permanente; 5. Projeção acusatória; 6. Militarismo populista. A categorização considerou cada publicação em sua integralidade, incluindo texto, imagem e vídeo; a coluna reproduz o excerto mais representativo. Uma mesma publicação pode apresentar elementos de mais de uma categoria. A identificação dos autores, o tipo de perfil e os indicadores de engajamento de cada publicação constam da base de dados da pesquisa.

A distribuição das publicações favoráveis nas categorias analíticas permite visualizar que as estratégias operam combinadas. As combinações mais presentes mostram que polarização moral e política, narrativa de crise e mobilização permanente e militarismo populista sustentam o núcleo do argumento de legitimação das escolas cívico-militares, articulação encontrada em dez das 26 publicações: existe um inimigo do povo, existe uma crise por ele produzida diante da qual é preciso seguir mobilizado, e o modelo cívico-militar é a resposta a essa crise na educação, nos valores e na segurança, apresentado como capaz de regenerar a juventude.

Amostra das publicações analisadas

Das 40 publicações de acesso público que compõem o corpus, foram selecionadas cinco como amostra [11], com base na representatividade das categorias analíticas. Como mencionado anteriormente, é comum a presença simultânea de duas ou mais dessas categorias, manifestadas de forma explícita ou mais sutil.

Figura 1- Print de tela de rede social

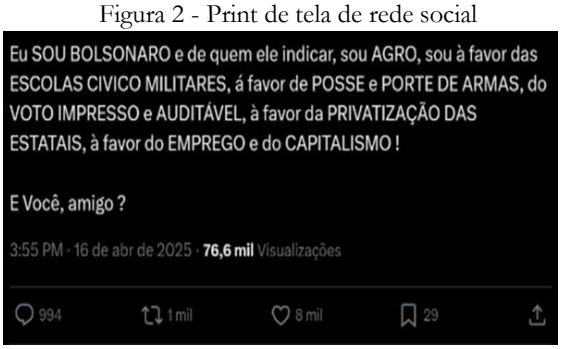
[11] Capturas de tela foram incluídas por permitirem uma melhor compreensão do objeto analisado. As imagens foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, com a identidade de usuários ou indivíduos não públicos preservada por meio de desfocamento ou da anonimização de dados visuais pessoais.



Publicação no X, autor: Deputado Estadual Gil Diniz (PL-SP).

A postagem do deputado Gil Diniz (Figura 1) -com 3 mil curtidas, 563 compartilhamentos e mais de 21 mil visualizações- exemplifica quase todas as categorias propostas. A frase "a esquerda tentou impedir, mas foi em vão" delimita uma clivagem entre o "povo" e seus "inimigos", ativando a *polarização moral e política*. A menção de que "o povo paulista agradece" reforça a ideia de que o governador Tarcísio age em sintonia direta com a vontade popular, mobilizando a estratégia da *liderança como porta-voz do povo*. A imagem de jovens uniformizados junto à bandeira nacional evoca valores associados ao *militarismo populista*, como disciplina, patriotismo e regeneração moral. A referência à resistência da esquerda e ao êxito do projeto, apesar disso, sustenta uma *narrativa de crise e mobilização permanente*. Por fim, o uso do perfil pessoal do deputado, sem mediações institucionais ou técnicas, exemplifica a lógica da *mediação exclusiva*.

Figura 2 - Print de tela de rede social

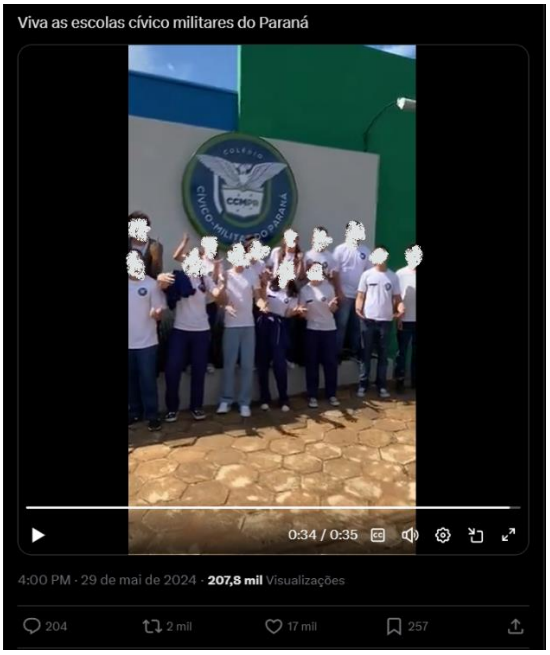


Publicação no X, autor: criador de conteúdo (180 mil seguidores).

Com oito mil curtidas, mil compartilhamentos e mais de 76 mil visualizações, a publicação apresentada na Figura 2 interpela diretamente o leitor ("E você, amigo?"), reforçando a lógica da *mediação*

exclusiva e da *mobilização permanente* ao buscar o engajamento de mais de 180 mil seguidores. A lealdade declarada a Bolsonaro e "a quem ele indicar" expressa a *liderança como porta-voz do povo*. Ao reunir pautas frequentemente retratadas como ameaçadas pela esquerda (porte de armas, privatizações, capitalismo, voto impresso e escolas cívico-militares), a postagem também ativa uma *narrativa de crise e mobilização permanente*, convocando seus seguidores à reafirmação ideológica.

Figura 3 - Print de tela de rede social



Publicação no X, autor: criador de conteúdo (137 mil seguidores).

Na Figura 3, a publicação – que reúne 17 mil curtidas, dois mil compartilhamentos e mais de 207 mil visualizações – exalta o modelo por meio de um vídeo em que estudantes de um colégio cívico-militar do Paraná descrevem, com orgulho, práticas consideradas "óbvias" nesse ambiente: prestar continência a professores, usar uniforme, manter o cabelo preso, não utilizar celulares em sala e ser assíduos. O vídeo, de tom leve e mobilizador, termina com um convite direto a outros jovens para aderirem aos colégios cívico-militares. O conteúdo mobiliza o *militarismo populista* ao associar disciplina e hierarquia à regeneração da juventude e da escola. A participação direta dos estudantes, em linguagem informal, reforça a *mediação exclusiva*, promovendo engajamento por identificação afetiva, sem intermediações técnico-pedagógicas. O convite final ativa a *mobilização permanente*, apresentando o modelo como um movimento em expansão. Ainda que não mencione adversários de forma explícita, a valorização de práticas associadas à ordem e ao rigor opera como uma forma de *polarização moral* implícita, ao contrapor indiretamente o colégio cívico-militar à escola tradicional, percebida como permissiva.

Figura 4 - Print de tela de rede social



Publicação no Facebook, autor: Governador Tarcísio Gomes de Freitas (SP-Republicanos).

Com 29 mil curtidas e 440 mil visualizações, a publicação de 11 de fevereiro de 2025 (Figura 4) traz um trecho de entrevista concedida ao programa Oeste Negócios, acompanhada do seguinte texto:

> Exemplos não faltam quanto à importância e qualidade das escolas cívico-militares como uma boa opção para o ensino público. Muitos pais e mães sonham com essas escolas para seus filhos, e vamos tornar esse projeto realidade a partir do ano que vem. Ah! E já começamos a sonhar também com o Colégio Militar de São Paulo que, tenho certeza, será referência.

No vídeo, o governador afirma que "a esquerda não propõe nada e só atrapalha quem propõe", e cita os estados do Paraná e de Goiás como exemplos bem-sucedidos do modelo, aos quais atribui bons resultados no IDEB, redução da evasão escolar, aumento da autoestima dos alunos, melhora do entorno e diminuição da criminalidade. Ele também menciona a alta demanda pelo modelo por parte de prefeitos, gestores escolares e famílias.

A frase "a esquerda não propõe nada e só atrapalha quem propõe" ativa a *polarização moral e política*, ao opor o "povo" e seus representantes à esquerda, retratada como força obstrutiva. Tarcísio se apresenta como uma liderança capaz de realizar o "sonho" das famílias, reforçando a *liderança como porta-voz do povo*. A defesa do modelo se apoia em "exemplos de sucesso" de outros estados, em desejos atribuídos a famílias, prefeitos e gestores, bem como em menções genéricas a indicadores educacionais. Soma-se a isso a exaltação da disciplina, da hierarquia e da segurança como fatores de melhora do entorno escolar e da autoestima dos estudantes.

A menção ao Colégio Militar de São Paulo como horizonte desejável alimenta a confusão entre dois modelos distintos, e essa equivalência opera como fator de adesão. Ao tomar como referência instituições cujo padrão de estrutura, organização e perfil socioeconômico decorre de processos seletivos rigorosos, reserva de vagas para filhos de militares e cobrança de taxas, o discurso atribui à gestão militar em si uma excelência que tem outras causas. Camilo et al. (2023) identificam esse mecanismo no Paraná, onde a propaganda oficial de implementação dos colégios cívico-militares tomava como referência o Colégio Militar de Curitiba, o que levava as famílias a esperar o mesmo padrão.

Esses elementos associam o modelo à regeneração da juventude e da sociedade, evidenciando a lógica do *militarismo populista*. O tom da fala é marcado pela urgência e pelo combate, apresentando o modelo como solução para problemas estruturais da educação pública, o que ativa a *narrativa de crise e mobilização permanente*. Por fim, embora seja um ator institucional, o uso da página pessoal nas redes sociais para comunicar-se diretamente com o "povo", sem mediações técnico-pedagógicas, aciona a lógica da *mediação exclusiva*.

Figura 5 - Print de tela de rede social



Publicação no Facebook, autor: Deputado Estadual Major Mecca (SP-PL).

A publicação de 5 de maio de 2025 (Figura 5), realizada pelo perfil pessoal do deputado estadual Major Mecca, combina texto e imagem para defender as escolas cívico-militares e atacar o Supremo Tribunal Federal. Com mais de mil curtidas e mil compartilhamentos, a postagem acompanha o seguinte texto:

> Como parlamentar e policial militar da reserva, eu falo com base em dados e experiência: as escolas cívico-militares não escolhem classe social - elas oferecem disciplina, organização e incentivo ao estudo. A diferença está aí: o mesmo aluno, com os mesmos professores, mas agora com direção, com regras claras, aprendendo a ser cidadão. Quem barra esse modelo está escolhendo manter nossos jovens no abandono.

A imagem do ministro Flávio Dino, caracterizado com símbolos comunistas, associa o STF à esquerda ideológica, apresentada como inimiga do futuro da juventude. A frase "quando a ideologia comunista fala mais alto que o futuro dos nossos jovens" exemplifica a *polarização moral e política*, estruturando o antagonismo entre o bem (ordem, disciplina, cidadania) e o mal (comunismo, abandono, desorganização). A afirmação de que barrar o modelo é "escolher manter nossos jovens no abandono" ativa a *narrativa de crise e mobilização permanente*, com apelo à urgência e à luta contra forças desestabilizadoras.

Ao afirmar que o mesmo aluno obtém os melhores resultados por estar sob regras claras e com direção, "aprendendo a ser cidadão", o discurso reforça o *militarismo populista*, apresentando valores da caserna como soluções pedagógicas. A publicação também mobiliza a *mediação exclusiva*, ao substituir

o debate institucional por uma comunicação direta e afetiva com sua base. Por fim, ao acusar o STF de agir por ideologia e declarar que as escolas cívico-militares "não escolhem classe social", o deputado ativa a *projeção acusatória*, invertendo os termos da crítica e se apresentando como neutro, técnico e experiente.

Análise das interações com as publicações

Os comentários identificados nas postagens analisadas revelam um acentuado antagonismo político, com predominância de manifestações favoráveis às escolas cívico-militares. Muitas dessas manifestações adotam um tom agressivo e expressam desconfiança em relação às instituições democráticas. A dinâmica discursiva nos comentários amplia os sentidos das postagens principais, reiterando os padrões identificados na análise.

Grande parte dos comentários favoráveis associa o modelo cívico-militar a ideias de ordem, disciplina, respeito e segurança, contrapondo-o a uma escola pública retratada como "bagunçada", "ideologizada" e "dominada por militantes". Termos como "doutrinação", "professores militontos" e "paulofreirismo" aparecem com frequência, produzindo uma dicotomia entre uma educação "de verdade" e uma caricatura da escola pública vinculada à esquerda. Reafirma-se – assim – uma polarização em que defender o modelo equivale a proteger o futuro da juventude, enquanto criticá-lo representa negligência, caos e decadência.

Instâncias como a ONU, o STF, o governo federal, sindicatos e educadores críticos são descritas como ideológicas e apontadas como responsáveis pelo colapso da educação. Por sua vez, os defensores do modelo, embora sustentem discursos marcadamente ideológicos, posicionam-se como detentores da verdade, da técnica e da experiência. Expressões como "comunistas", "quadrilha petista" e referências ofensivas a ministros do STF reforçam essa inversão simbólica e a deslegitimação das mediações institucionais.

As escolas cívico-militares são entendidas como solução diante do colapso educacional, e como instituições a serem protegidas contra as ameaças supostamente representadas por decisões judiciais, recomendações internacionais ou políticas federais. Comentários indignados com "o sistema" evocam teorias conspiratórias e denunciam pretensos esforços da esquerda para "destruir o que funciona" ou impedir que "a direita governe".

Os depoimentos emocionais de pais, estudantes, ex-alunos e até mesmo de pessoas que "testemunharam" o êxito de ex-estudantes de escolas cívico-militares reforçam a lógica da mediação exclusiva, na qual a experiência pessoal substitui argumentos técnicos ou pedagógicos. Esses relatos são tratados como provas incontestáveis de eficácia, dispensando qualquer forma de avaliação externa ou análise crítica.

Embora minoritários entre as publicações analisadas, também foram identificados comentários críticos ao modelo. Eles apontam os riscos de autoritarismo e de militarização das escolas, a perda da autonomia pedagógica e a seletividade social, sugerindo que o modelo estaria voltado à contenção da juventude pobre, enquanto os filhos da elite frequentam escolas com propostas mais libertárias. Algumas dessas críticas incluem denúncias de abuso e questionamentos sobre a formação dos militares que atuam nas escolas.

Apesar da presença dessas vozes dissonantes, o conjunto dos comentários reforça a percepção de que as redes sociais operam como arenas de legitimação do modelo cívico-militar. Mais do

que espaços de divulgação, elas funcionam como territórios de disputa pelo senso comum, onde se mesclam informação, opinião, ressentimento e mobilização, e onde se configuram públicos antiestruturais (Cesarino, 2022) altamente reativos e engajados, com uma identidade política centrada na ideia da "restauração da ordem". Nesse contexto, o debate educacional é capturado pela dinâmica do militarismo populista: "estamos em guerra contra o sistema, é necessário combater a doutrinação, defender a juventude, resgatar os valores tradicionais, o amor à pátria e a militarização é a única solução".

• Comentários em publicações favoráveis às escolas cívico-militares:

1) *Parabéns governador isso mesmo e um sonho dos pais para os seus filhos com disciplina para nossos filhos*.
2) *O meu filho estuda em colégio cívico militar aqui no Paraná, é excelente! Segurança, aprendizado, disciplina e organização. A qualidade do ensino realmente é muito boa. Por mais colégios cívico militar!*
3) "*Eu apoio, minha sobrinha estudou numa escola cívico militar e tem os melhores empregos. Minha vizinha também, e está com ótimo emprego. Um ensino com disciplina, educa a jovem para a vida*[12].
4) *ESCOLAS CÍVICO MILITAR PARA UM FUTURO MELHOR para nossos filhos.!*
5) *Educação com qualidade, respeito às tradições familiares e à Pátria*.
6) *Essas escolas vão salvar o Brasil*.
7) *Parabéns governador Tarcísio, é tudo que precisamos em São Paulo, a criminalidade está demais, os filhos não respeitam mais os pais nem os professores, a melhor alternativa é o encino cívico militar, para colocar tudo nos conformes novamente*.
8) *Meritocracia não é fazer para merecer? É só ver o resultado das progressões. Alunos sem condições indo para série seguinte. Estar nas escolas e ver o resultado é diferente de ser teórico da educação. Escola cívico militares sim. É só ver o resultado do desempenho dos alunos*.
9) *Muito bom! Pelo menos ali nao haverá doutrinação esquerdopata*.

• Comentários em publicações que respondem às críticas ou mencionam os questionamentos sobre a constitucionalidade do modelo cívico-militar:

10) *Simplesmente pq a ESQUERDA é contra a família e os bons costumes !!!*
11) *Quem decide são os pais. O governador @tarcisiogdf já deixou bem claro que ninguém é obrigado. A esquerda tem medo porque não vai mais doutrinar as crianças, ideologia de gênero, ensino Paulo Freire.*
12) *Jovens sendo preparados para o futuro, o terror dos doutrinadores que se fantasiam de professores*.
13) *Se defender respeito ao professor e proibir celular em sala de aula for fascismo, meu nome é Benito*.
14) *A esquerda sempre agindo para destruir qualquer veleidade de futuro promissor. Estão tirando das crianças a oportunidade de uma educação de qualidade. São canalhas*.
15) *Somente esquerdistas, avessos ao desenvolvimento dos jovens, conseguem ver isso como algo ruim*.
16) *O problema é que ela precisa produzir imbecis em escala. No padrão Paulo freire. Para sobreviveram*.
17) *Quando que essa ditadura vai acabar? Não aguento mais ver tanta perseguição*.

[12] O terceiro comentário merece atenção. O modelo cívico-militar começa a se expandir em 2019, de modo que – entre 2024 e 2025 – dificilmente haveria egressos com trajetória profissional consolidada. O relato provavelmente se refere aos colégios militares tradicionais, o que sugere a confusão entre os dois modelos operando como fator de adesão.

18) *Olha aí o judiciário se metendo nas tarefas do executivo que foi eleito pelo povo. Minha filha estuda em um colégio cívico militar e é um colégio normal, são civilizados, canta o hino nacional. Problema é que a esquerda dominou a educação, judiciário e querem controlar as famílias também.*

19) *Desde quando a ONU tem que se meter na educação do Brasil? Por acaso ela tem soluções para a péssima qualidade de ensino, violência, drogas, depredação, ameaças a professores e todo problema de falta de rendimentos escolar? A ONU a mesma que esconde terroristas em esconderijos em embaixadas, que finge não ver o número de crianças que morrem de fome na guerra, que são sequestradas, que são abusadas, que são traficadas e ela nada faz? A que se mantém da desgraça alheia fingindo ser órgão preocupada com a humanidade? Ninguém mais acredita nestas instituições internacionais.*

20) *AÇÃO MOVIDA PELO QUADRILHA PETISTA QUE ODEIA QUE CIDADÃOS ESTUDEM. PREFEREM MANTER NA IGNORÂNCIA PARA ESCRAVIZÁ-LOS. PT É UMA MALDIÇÃO QUE ASSOLA O BRASILEIRO. NUNCA INVESTIRAM NA EDUCAÇÃO E QUER ATRAPALHAR QUEM ESTÁ FAZENDO.*

21) *Constitucional é a bagunça generalizada, bater em professor, simular venda de drogas, dançar funk semi-nu, ser ideologizado por professores militantes, pichar as paredes, dar pouco importância ao ensino, isso deve ser constitucional. Pqp!.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa exploratória indicam que a legitimação das escolas cívico-militares nas redes sociais se estrutura – em grande medida – por meio de estratégias discursivas associadas à lógica populista. Com base na análise de 40 publicações no Facebook e no X – entre abril de 2024 e junho de 2025 – identificaram-se seis padrões discursivos recorrentes: polarização moral e política, liderança como porta-voz do povo, mediação exclusiva, narrativa de crise e mobilização permanente, projeção acusatória e militarismo populista.

Essas categorias revelam a articulação de sentidos em torno de uma narrativa que apresenta o modelo cívico-militar como solução não apenas para os problemas da educação pública, mas também para dilemas morais e sociais mais amplos. A retórica se ancora em afetos, símbolos nacionais e experiências pessoais, exaltando valores como disciplina, ordem e patriotismo, ao mesmo tempo em que desqualifica críticas ao modelo como ideológicas ou contrárias à vontade popular. Essa construção simbólica contribui para a naturalização de relações de poder baseadas no *ethos* militar e, consequentemente, para o aprofundamento da militarização social.

As redes sociais emergem – nesse processo – não apenas como meios de circulação de conteúdo, mas como arenas de mobilização afetiva e disputa pelo senso comum. Nelas, a escola é representada como trincheira simbólica em uma guerra cultural, e o debate educacional é capturado pela dinâmica do militarismo populista: guerra ao sistema, ordem *versus* caos, patriotismo *versus* traição, povo *versus* elite, direita *versus* esquerda. Os comentários às postagens analisadas reforçam essa lógica, revelando uma base social engajada em torno de valores conservadores e autoritários. Ainda que vozes críticas também estejam presentes, os discursos pró-militarização indicam a eficácia das estratégias populistas digitais na construção de uma narrativa que busca se tornar hegemônica.

Esses achados têm implicações para o debate sobre políticas educacionais. Se a legitimação do modelo se constrói por antagonismos, testemunhos individuais e mecanismos discursivos de comoção, a refutação científica e pedagógica precisa identificar os determinantes materiais que o discurso

populista camufla e responder aos problemas concretos que ele mobiliza: as demandas por segurança e as condições estruturais da escola pública. A expansão do modelo se apoia em consultas às comunidades escolares, processos que a literatura documenta como marcados por falhas (Camilo et al., 2023; Duenha de Souza; Espinosa de Mello Aguirre, 2021; Dombrowski Netto; Moreira, 2024), mas que servem para governos estaduais e gestões municipais como prova de legitimidade democrática. Essas consultas ocorrem também no campo discursivo aqui descrito, o que recomenda ler com cautela os índices oficiais de aprovação. Fica como agenda de pesquisa compreender como esses discursos chegam às escolas e às comunidades escolares, e que fatores determinam a adesão ou recusa ao modelo.

É importante destacar que este artigo não teve a pretensão de oferecer um panorama exaustivo do fenômeno, mas sim lançar luz sobre os mecanismos discursivos que atuam na legitimação do modelo cívico-militar. Os achados aqui apresentados – embora limitados – contribuem para a compreensão das formas pelas quais a militarização da educação vem sendo promovida nas redes, como parte de um processo mais amplo de militarização social e de disputa por projetos de país. Para estudos futuros, considera-se relevante a ampliação do *corpus* da pesquisa e a incorporação da análise das contranarrativas ao modelo cívico-militar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábia; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 633-647, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96283. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96283. Acesso em: 15 dez. 2025.

AMOROSO BOTELHO, João Carlos; ARCINIEGAS CARREÑO, Alexander; GONZÁLEZ TULE, Luis Antonio. Más allá de la seguridad pública: la militarización de la política democrática en América Latina. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue Canadienne Des Études Latino-Américaines et Caraïbes*, 48(2), p. 279–300, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08263663.2023.2190654.

BOCCHINI, Bruno. Tarcísio sanciona lei que cria escolas cívico-militares em SP. *Agência Brasil*, Brasília, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/tarcisio-sanciona-lei-que-institui-escolas-civico-militares-em-sp. Acesso em: 05 dez. 2025.

BOLSONARO, Jair M. *O caminho da prosperidade*: proposta de plano de governo, 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Cenário de Defesa 2020-2039*: sumário executivo. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/revista_cenario_de_defesa.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. *Manual das Escolas Cívico-Militares*. Brasília, DF: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes das Escolas Cívico-Militares*, 2. ed., 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ofício Circular n. 4/2023/COGEF/DPDI/SEB/SEB-MEC de 10 de julho de 2023*. Estabelece as orientações sobre o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2023.

BÚRIGO, Artur. Governo Zema propõe aumentar em 8.000% número de escolas cívico-militares em MG. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/07/governo-zema-propoe-aumentar-em-8000-numero-de-escolas-civico-militares-em-mg.shtml. Acesso em: 05 dez. 2025.

CAMILO, Merielle; NEVES, Marcos Cesar Danhoni; BELONI, Belmiro Marcos; DUTRA, Alessandra. A necropolítica das escolas cívico-militares do Paraná. *Educere* - Revista da Educação da UNIPAR, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1128–1151, 2023. DOI: 10.25110/educere.v23i3.2023-007. Disponível em: https://www.revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/10624. Acesso em: 19 fev. 2026.

CÁSSIO, Fernando. Escolas de educação básica militarizadas e militares no Brasil: base de dados nacional [Nota Técnica]. São Paulo: DEEP-USP, 22 maio 2026. Disponível em: https://deep.fe.usp.br. Acesso em: 31 ago. 2026.

CAVALCANTE, Cristina. Estado e militares no Brasil: uma mirada histórica para pensar o governo Bolsonaro. In: MACHADO, Eliel (Org.). *Política, classes e movimentos sociais*. Marília: Lutas Anticapital, 2025a. p. 71–90.

CAVALCANTE, Cristina. *Entre pactos*: do desenvolvimentismo ao progressismo no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2025b.

CECEÑA, Ana Esther. Los paradigmas de la militarización en América Latina. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], n. 19, p. 57–66, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/186. Acesso em: 05 dez. 2025.

CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética (fala na VII ReACT), 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40047992/Populismo_digital_neoliberalismo_e_p%C3%B3s_verdade_fala_na_VII_ReACT_. Acesso em: 05 dez. 2025.

CESARINO, Letícia. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 82, p. 162–188, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p162-188.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 357-377, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002.

DATAFOLHA. *Avaliação de um ano e três meses do presidente Lula*, 2024. Disponível em: https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2024/03/27/nc8n-wwvsvydsiivhyr5zpc-oel7zm6mv4wn3zluoxvqsztmhp5r3nvzd3uruwia9avkyl6upuzs3ag0mqnz8g.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

DE SÁ CAVALCANTE, Ivone Cristina. Dados de replicação para: Militarização, populismo e discursos de legitimação das escolas cívico-militares nas redes sociais. *SciELO Data*, v. 1, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.KM87AF. Acesso em: 12 out. 2026.

DOMBROWSKI NETTO, Nícolas.; MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. Militarização de escolas públicas no Paraná e o papel da imprensa da APP-Sindicato. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 21, n. 39,

2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8907. Acesso em: 31 dez. 2025.

DUENHA DE SOUZA, Carla Giselle; ESPINOSA DE MELLO AGUIRRE, Lissandra. Direito fundamental à educação e a militarização das escolas públicas no Paraná. *Teoria e Prática da Educação*, v. 24, n. 3, p. 82-99, 17 dez. 2021.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERRAZ, Adriana. Escolas militares triplicam e unem governos de direita e de esquerda. *Uol*, São Paulo, 2024. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/escolas-militarizadas-crescem-e-unem-governos-de-direita-e-esquerda.html. Acesso em: 5 dez. 2025.

GOMES, Greice Martins. O populismo e a militarização de escolas: proposições a partir dos processos discursivos de legitimação. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 9, n. 1, p. 99–133, 2022. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2022.v9n1.483. Disponível em: https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/483. Acesso em: 05 dez. 2025.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Eleições 2024*: Panorama das Candidaturas das Forças de Segurança, 2024. Disponível em: https://soudapaz.org/documentos/eleicoes-2024-panorama-das-candidaturas-das-forcas-de-seguranca/. Acesso em: 05 dez. 2025.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires y México: FCE, 2005.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia*: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990. São Paulo: Unesp, 2004.

NOZAKI, William. A militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?. *Caderno Reforma Administrativa*, n. 20, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

PEREIRA CUNHA, Márcia; OTA, Nilton Ken. Extrema direita e educação no Brasil. *Revista Educación, Política y Sociedad*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 72–93, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.15366/reps2023.8.2.004. Acesso em: 12 out. 2026.

PORTAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. *Colégios cívico-militares*. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares. Acesso em: 10 out. 2026.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/eadff175-f45f-4042-9e61-32445b7c6194/content. Acesso em: 31 ago. 2026.

SARAIVA, Ana Pontes. Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 201–226, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54758. Acesso em: 12 out. 2026.

STF CONVOCA audiência pública sobre escolas cívico-militares. *Agência Brasil*, Brasília, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-09/stf-convoca-audiencia-publica-sobre-escolas-civico-militares. Acesso em: 05 dez. 2025.

Submetido: 06/12/2025
Preprint: 07/08/2025
Aprovado: 28/09/2026
Editor de seção: Daniel Braga

FINANCIAMENTO
Esta pesquisa se insere em projeto sobre os impactos da militarização na educação básica, a partir do caso paranaense, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS
Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE
A autora declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Na elaboração deste manuscrito, foi utilizada ferramenta de Inteligência Artificial como recurso auxiliar nos processos de revisão textual e tradução. O Claude foi empregado na revisão gramatical e de estilo de textos redigidos pela autora e na tradução do título, do resumo e das palavras-chave para o inglês e o espanhol. Todo o material produzido ou sugerido pela ferramenta foi revisado, conferido e validado pela autora, integralmente responsável pelo conteúdo do manuscrito, pelos dados apresentados, pela interpretação dos resultados, pela definição dos procedimentos metodológicos e pela formulação dos argumentos.